



4.

## CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

### CONSIDERANDO QUE:

1. Nos termos do disposto na alínea f) do n.º 2 do art.º 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os municípios dispõem de atribuições no domínio dos tempos livres e do desporto;
2. Compete à Câmara Municipal, de acordo com a alínea u) do n.º1 do art.º33.º do mesmo anexo, apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;
3. Nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto), incumbe às autarquias locais a promoção e a generalização da atividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos;
4. O Município de Sesimbra atribui um papel de relevo ao fomento da atividade física e do desporto, com especial enfoque na população mais jovem;
5. Reconhecendo a importância das estruturas associativas nessa tarefa, o Município aprovou, ao abrigo do art.º46.º da Lei de Bases do Desporto, o Regulamento Municipal de Apoio Financeiro ao Associativismo Desportivo (RMAFAD);
6. A Associação de Natação Desperta Recordes tem como missão o desenvolvimento e organização de atividades desportivas federadas na modalidade de Natação, pretendendo reforçar o seu papel local na promoção e desenvolvimento das atividades desportivas sob a égide da Federação Portuguesa de Natação;
  - a) A Associação de Natação Desperta Recordes apresentou uma candidatura a apoio financeiro, no âmbito do programa de desenvolvimento desportivo que constitui o anexo I ao presente contrato, destinada à inscrição de atletas em atividades federadas;
  - b) O Decreto-Lei n.º. 273/2009, de 1 de outubro, que estabelece o regime jurídico dos Contratos-programa de Desenvolvimento Desportivo condiciona a atribuição de apoios financeiros, materiais e logísticos bem como de patrocínios desportivos por parte de autarquias locais, à celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo;
    - i. O encargo da despesa resultante do presente contrato está previsto no Plano de Atividades em vigor, na Ação com o código 02 02 02007/59 1, é satisfeito pela





*[Handwritten signature]*

4.

O Município atribui à Associação uma comparticipação financeira no valor de 1.344,00€, em oito tranches mensais de 168,00€ entre janeiro e agosto de 2022, para a prática federada das atividades indicadas.

**Cláusula Quarta**  
**(Obrigações do Município)**

No âmbito do presente contrato, o Município compromete-se a:

- a) Estimular a prática das modalidades desportivas contratualizadas junto da comunidade sesimbrense;
- b) Reforçar o prestígio da Associação e do município.

**Cláusula Quinta**  
**(Obrigações da Associação)**

No âmbito do presente contrato, a Associação compromete-se a:

- a) Afetar os montantes disponibilizados através do presente contrato-programa às finalidades para as quais foram atribuídos;
- b) Dinamizar a prática federada das modalidades apoiadas
- c) Prestar ao Município todas informações por este solicitadas acerca da execução do contrato;

**Cláusula Sexta**  
**(Controlo da execução do contrato)**

Para efeitos de controlo da execução do presente contrato, a Associação envia ao Município, nos dez dias úteis seguintes ao final do período comparticipado.

**Cláusula Sétima**  
**(Vigência)**

1. No cumprimento do disposto no n.º1 do artigo 14.º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro, na sua atual redação, o presente contrato-programa entra em vigor na data da sua publicitação na página eletrónica do Município.
2. O protocolo cessa a sua vigência quando esteja concluído o programa de desenvolvimento desportivo objeto do apoio, nomeadamente com federação das modalidades desportivas, para as quais são atribuídas as comparticipações financeiras e a apresentação de relatório até 31 de agosto de 2022.

**Cláusula Oitava**  
**(Resolução)**



*[Handwritten signature]*

4.

1. O incumprimento de forma grave e reiterada das obrigações assumidas pelos outorgantes no presente contrato constitui fundamento para a resolução do mesmo.
2. A resolução opera mediante comunicação escrita, por carta registada com aviso de receção, à outra parte e produz efeitos trinta dias após a receção da respetiva notificação.
3. O incumprimento do presente contrato-programa por parte do segundo outorgante constitui impedimento para apresentação de candidatura a novos subsídios no ano seguinte.
4. A resolução do contrato não prejudica o exercício de responsabilidade civil ou criminal por atos ou faltas cometidos durante a execução do mesmo.

#### **Cláusula Nona**

##### **(Revisão)**

1. O presente contrato-programa poderá ser objeto de revisão, por acordo entre as partes, no que se mostre estritamente necessário ou unilateralmente, pelo Município, devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.
2. O presente contrato-programa poderá ser revisto nos termos previstos no artigo 21.º do Decreto-lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua atual redação.

#### **Cláusula Décima**

##### **(disposições finais)**

1. As dúvidas, esclarecimentos, pormenorização ou alterações que resultem ou se imponham durante a vigência do presente contrato, serão decididas por acordo entre os outorgantes e constarão de documento assinado que será considerado como parte integrante deste.
2. A tudo o que não estiver especialmente previsto no presente contrato-programa aplicam-se as normas do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

#### **Cláusula Décima Primeira**

##### **(Publicação)**

Nos termos do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua atual redação, o presente contrato-programa, bem como o respetivo anexo, são publicitados na página eletrónica do Município.

O PRESENTE CONTRATO É FEITO EM DUPLICADO, CADA COMPOSTO POR CINCO PÁGINAS, VALENDO TODOS COMO ORIGINAIS, AS QUAIS VÃO NA PRIMEIRA E SEGUINTE PÁGINAS DEVIDAMENTE RUBRICADAS E A ÚLTIMA ASSINADA PELOS OUTORGANTES, FICANDO UM EXEMPLAR E RESPETIVO ANEXO EM PODER DE CADA UMA DAS PARTES.



~~\_\_\_\_\_~~

Sesimbra, aos 2 dias do mês de fevereiro de 2022

Pelo Município

~~\_\_\_\_\_~~  
*(m)*

Pela Associação

~~\_\_\_\_\_~~  
DESPERTARECORDE  
NIF 514 438 972  
Telf: 934 504 311

**CERTIDÃO**

Isabel de Jesus Marina Lopes, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de SESIMBRA.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou nºs 5 e 12 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).

A presente certidão é válida por três meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos nºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 11 de Abril de 2022.

**IDENTIFICAÇÃO**

NOME: DESPERTARECORDE - CLUBE DE NATAÇÃO

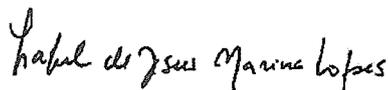
NIF: 514413972

**Elementos para validação**

Nº Contribuinte: 514413972

Cód. Validação: M841AT6Y6FWU

O Chefe de Finanças,



( Isabel de Jesus Marina Lopes )

## DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte DESPERTARECORDE  
- CLUBE DE NATAÇÃO

Firma/Denominação DESPERTARECORDE - CLUBE  
DE NATAÇÃO

N.º de Identificação de Segurança Social 25144139725

N.º de Identificação Fiscal 514413972

N.º da Declaração 027299611ASCD22

Data de emissão 2022-02-11

DESPERTARECORDE - CLUBE DE NATAÇÃO  
R EUGÉNIO DOS SANTOS N 842 1 ESQ  
QUINTA DO CONDE  
2975-269 QUINTA DO CONDE

Declaramos, que a entidade acima identificada tem a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

*Artigo 208.º do Código dos Regimes Contributivos, aprovado pela Lei n.º 110/2019, de 16 de setembro na sua versão atualizada*

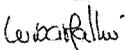
Esta declaração não constitui comprovativo de pagamento de contribuições, nem de outros valores e diz respeito à situação contributiva apurada até à data de emissão, não prejudicando o posterior apuramento de dívidas.

*N.ºs 1 e 3 do artigo 82.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada*

A declaração é válida pelo prazo de **4 meses**, contado a partir da data de emissão.

*Artigo 84.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada*

A Diretora de Segurança Social

  
Luísa Ferreira Malhó

Elementos para verificação da autenticidade da declaração:

**Número de Identificação - 25144139725**

**Código de Verificação - KPTEBGJW8N8CLLP**

Para verificar a autenticidade desta declaração aceda à Segurança Social Direta, no menu "CONTA CORRENTE-SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA" e introduza o Número de Identificação e o Código de Verificação acima indicados.

Verifique se o documento obtido corresponde a esta declaração.